

**DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA
BRASIL, COLÔMBIA E PERU**

Luiz Felipe Barboza Lacerda¹

Recebido em: 01/04/2022
Aprovado em: 20/12/2022

Resumo: O artigo é fruto de um estudo sobre os desafios socioambientais da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, apresentando uma contextualização sobre a região e aprofundando alguns temas específicos da problemática local. Tais temas foram elencados junto com pesquisadores, gestores públicos e lideranças locais, objetivando diagnosticar os desafios socioambientais da tríplice fronteira amazônica. Através de entrevistas semiestruturadas e grupos focais três grandes temáticas foram definidas para o detalhamento destes desafios: 1) destinação de resíduos nas áreas urbanas; 2) o igarapé Santo Antonio que divide as cidades gêmeas de Tabatinga (BRA) e Leticia (COL); 3) o uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos nas produções primárias. Os resultados deflagram graves problemas socioambientais na tríplice fronteira, apontando para lacunas na compreensão da sociedade local para com importantes aspectos socioambientais de seus territórios e explicitando a falta de articulação entre os poderes governamentais dos três países. Por consequência, revela-se a ineficiência das políticas públicas e dos órgãos de proteção e conservação socioambiental.

Palavras-chave: Amazônia Internacional. Tríplice Fronteira. Desafios Socioambientais.

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CHALLENGES OF THE TRIPLE BORDER, BRAZIL, COLOMBIA AND PERU AMAZON

Abstract: The article is the result of an study of the social and environmental challenges of the triple border between Brazil, Colombia and Amazonian Peru, making a contextualization of the region and, subsequently, deepening specific themes. Such topics were discussed along with researchers, policymakers and local leaders, through semi-structured interviews and focus groups: 1) waste disposal in urban areas, 2) the igarapé San Antonio between the twin cities of Tabatinga (BRA) and Leticia (CO), 3) the indiscriminate use of pesticides and other chemicals in the primary production. The results highlight the serious socio-environmental problems in the triple border, pointing to gaps in the understanding of local society regarding the socio-environmental aspects of their territories, showing the lack of articulation between the governmental powers of the three countries. Consequently, the inefficiency of public policies and agencies is revealed.

Keywords: Amazon. Triple frontier. Social and environmental challenges.

¹ Mestre e doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS, com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Pós-doutorando em Justiça Socioambiental em contextos de Desastres e Emergências pela FIOCRUZ. Docente da Universidade Católica de Pernambuco e coordenador da Cátedra Laudato Si de Ecologia Integral e Justiça Socioambiental (UNICAP). E-mail: olma@jesuitasbrasil.org.br.

DESAFIOS SOCIO AMBIENTAIS DE LA TRIPLE FRONTERA AMAZÓNICA BRASIL, COLOMBIA Y PERÚ

Resumen: El artículo es fruto de un estudio sobre los desafíos socio ambientales de la triple frontera amazónica entre Brasil, Colombia y Perú, ofreciendo una contextualización general sobre la región y detallando una profundización sobre temas específicos. Tales temas fueron enumerados y debatidos junto con investigadores, gestores públicos, líderes locales a través de entrevistas semiestructuradas y grupos focales, son ellos: destinación de residuos en las áreas urbanas; la quebrada Santo Antonio que divide las ciudades gemelas de Tabatinga (BRA) y Leticia (CO); el uso indiscriminado de agro tóxicos y defensivos químicos en las producciones primarias. Los resultados desencadenan las profundas problemáticas socio ambientales en la triple frontera, apuntan a una falta de conciencia ciudadana de la sociedad local hacia los aspectos socio ambientales de sus propios territorios y explicitan la total falta de articulación entre los poderes gubernamentales de los tres países y consecuente ineficiencia de las políticas públicas y de los órganos de protección y conservación Socio ambientales.

Palabras llave: Amazonia. Tríptica Frontera. Desafíos Socio ambientales.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisa que objetivou o levantamento das principais problemáticas socioambientais da tríptica fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru. O processo iniciou-se com levantamento bibliográfico e documental, que objetivou a caracterização geral da região em foco, buscando apontar aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais e socioambientais. Posteriormente, a coleta de dados estruturou-se em duas etapas: 13 entrevistas semiestructuradas e um grupo focal, articulando cinco lideranças comunitárias indígenas, ribeirinhas e urbanas da região; cinco pesquisadores acadêmicos e três gestores locais ligados à temática socioambiental. Toda a fase de coleta de dados contou com a participação de informantes dos três países que compõem a fronteira em questão.

Para a produção dos dados a seguir discutidos, seguimos as orientações metodológicas de Bauer e Gaskell (2003), relativas às entrevistas grupais e individuais e observações participativas. Tal método de trabalho possibilitou uma problematização das principais questões socioambientais na tríptica fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, que emergiram como temas centrais nas conversações registradas e analisadas. O fruto desse processo é detalhado nas seções que seguem.

CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A tríptica fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru encontra-se no centro da selva amazônica, assim como no coração do continente sul-americano. É comumente

referenciado como um espaço que integra e agrega seus sujeitos, convidando o visitante a um comportamento empático impulsionado pela convivência através da diversidade cultural. Contudo, a tríplice fronteira é também fortemente marcada por diferenças de nacionalidades, etnias, cores e credos entre as populações locais e estrangeiras que resultam em tensões e conflitos de diferentes ordens no cotidiano territorial.

Na tríplice fronteira, Brasil e Colômbia separam-se fluvialmente do Peru pelo rio Solimões. Por sua vez, a cidade colombiana de Letícia e a cidade brasileira de Tabatinga têm como limite terrestre apenas uma rua, a Avenida da Amizade. A partir dos tratados de limites territoriais entre Colômbia e Equador em 1916, Colômbia e Brasil em 1907 e 1928 e Colômbia e Peru em 1922, compôs-se o “Trapézio Amazônico”, pelo qual se entende a constituição atual dessa tríplice fronteira.

A região encontra-se em área isolada, com acesso exclusivamente fluvial ou aéreo, sendo coberta pela maior floresta tropical do planeta e os rios da Bacia Amazônica. De acordo com o Greenpeace (2015), a Amazônia tem 7,8 milhões de km², atingindo nove países e cobrindo 44,5% do território do continente; agrupa 10% das espécies de seres vivos do mundo e ocupa 5% da superfície terrestre.



Imagem 1: Mapa da tríplice fronteira. Fonte: IHU, 2019.

Os três países em foco neste artigo (Brasil, Colômbia e Peru) somam 86% da totalidade do território amazônico, despontando entre os principais potenciais interventores e/ou protetores desta gigantesca riqueza socioambiental.

Pelo lado peruano, Loreto (maior extensão territorial do país, ocupando 28% do território nacional) é o departamento que compõe a tríplice fronteira, possuindo aproximadamente 900 mil habitantes. A Colômbia, na tríplice fronteira torna-se partícipe através do Departamento do Amazonas, com os municípios de Letícia (capital) e Puerto Nariño e seus oito corregimentos², totalizando 74.541 habitantes. Por sua vez, o Brasil na encontra-se representado pela municipalidade de Tabatinga (AM), com aproximadamente 71.317 habitantes (IBGE, 2021).

A tríplice fronteira acumula sérios problemas socioambientais. De maneira geral, as populações das três municipalidades vivem com pouco acesso à água potável; inexistente serviço de saneamento básico e restrito o processo de coleta de lixo.

Além dos desafios que acometem os contextos urbanos, imbricados em meio a selva, ameaçada por madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, e pela falta de planejamento estratégico do estado, a Amazônia perde o equivalente a dez campos de futebol por dia em desmatamentos. Despontam entre os países que mais desmatam, o Brasil, a Colômbia, a Bolívia e o Equador.

Por sua vez, estudos demonstram que as menores taxas de desmatamento se encontram dentro das terras indígenas homologadas e das reservas florestais. (DW, 2021). Este dado é fundamentalmente importante para sustentar o argumento de que a melhor prática de conservação da natureza são as práticas de produção e subsistência dos povos tradicionais e a melhor forma de preservar a floresta, portanto, é garantindo a demarcação das terras indígenas e das reservas florestas; movimento exatamente oposto ao que vêm sendo realizado pelos governantes dos três países.

Na Colômbia, o órgão fiscalizador sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável é o CORPOAMAZONÍA- Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e criado pela lei nº. 99 de 1993. No Brasil o conjunto de entidades que compõem um complexo quadro de fiscalização ambiental é composto pelo Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), atrelado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável por toda a preservação da fauna e da flora brasileira, geralmente trabalhando em parceria com a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ambos ligados ao Ministério da Justiça. Tabatinga conta com a presença frágil das representações organizacionais supracitadas,

² El Encanto, La Chorrera, La Pedrera, Mirití-Paraná, Araracuara, San Rafael, Puerto Santander e Tarapacá.

principalmente no que toca a preservação dos ambientes naturais, não possuindo representatividade do IBAMA ou do INCRA. Por fim, no Peru o Ministério do Meio Ambiente,³ criado em 2008 por exigência do tratado de livre comércio desse país com os Estados Unidos, é soberano para temática socioambiental. (BRASIL, 2013; ARMENTERA E MORALES, 2009).

Com intuito de preservar o recurso socioambiental compartilhado, ao longo da história uma série de acordos internacionais destacam-se como a criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Peru; o Acordo de Cooperação Bilateral sobre temas socioambientais de 1973, entre Brasil e Colômbia, a Comissão Bilateral Brasil-Colômbia (2009), além do Pacto Amazônico celebrado entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em 1978 (BRASIL, 2013).

Apesar da significativa quantidade de instituições e pactos citados, o cenário da tríplice fronteira é preocupante quando se trata de instituições de estudo, controle e proteção socioambientais que efetivamente pratiquem ações integradas. Como perceberemos nos resultados dessa pesquisa, existe pouca integração entre as instituições locais e nacionais, frente aos desafios socioambientais do território.

O pesquisador da Universidade Nacional da Colômbia, Dr. German Palácios, em entrevista para este estudo, chama a atenção ao fato de que devem-se debater as mazelas causadas pelo avanço não planejado das extensões urbanas sobre áreas ambientais. O pesquisador afirma existir um equívoco no foco de grande parte das pesquisas que estudam meio ambiente na Amazônia, debruçando-se sobre temas de apelo internacional, como a preservação da fauna e da flora; contudo, ignoram os evidentes problemas cotidianos que afetam as populações locais como saneamento, coleta seletiva e potabilização de água e que se configuram como raiz dos demais problemas.

Cabe salientar que, para tal estudo, assumimos a conceituação de desafios socioambientais como Percepção e construção social do risco a saúde e integridade física e emocional oriundas de condições de vida vinculadas ao meio ambiente, recursos ambientais e conservação ambiental, consumo e desenvolvimento, direitos econômicos, sociais, culturais, territoriais e modos de vida tradicionais. (AKIRA, 2020).

³ <http://www.minam.gob.pe>

Frente a tais desafios e amparados em tais conceituações, ao longo desta investigação três elementos se destacaram sobre os desafios socioambientais nesta tríplice fronteira amazônica: 1) a destinação adequada de resíduos sólidos e orgânicos, 2) o cuidado com os recursos hídricos e 3) o uso indiscriminado de transgênicos, agrotóxicos e defensivos químicos na produção agrícola. Abordaremos cada um dos tópicos, a seguir.

DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS

A problemática da destinação adequada do lixo afeta praticamente todos os municípios amazônicos. Geralmente são conglomerados urbanos em áreas isoladas de selva, que recebem significativa carga externa de produtos industrializados. Uma vez consumidos os rejeitos destes produtos são encaminhados para depósitos de lixos administrados pelas municipalidades locais.

Letícia conta com um aterro de lixo municipal, administrado por uma empresa terceirizada, localizado na estrada que liga o interior da municipalidade ao centro. Lá, usando técnicas convencionais de aterro, tratores constroem camadas de sacos de lixo e posteriormente sobrepõem com terra. O local é cercado e vigiado por seguranças, com entrada restrita. Toda área fica muito próximo aos igarapés que abastecem a água consumida na cidade.

Em Letícia o lixo é diariamente depositado num terreno de solo semi-saturado, onde vem ocorrendo a contaminação dos lençóis freáticos e das águas superficiais que fluem para o sistema de drenagem que abastece de água a cidade. (EUZÉBIO, 2014, 59).

Em Tabatinga a situação também é grave: o conhecido *lixão a céu aberto* recebe todos os rejeitos da municipalidade sem nenhuma forma de controle ou tratamento; o espaço fica exposto a qualquer pessoa que ali queira entrar. Apesar do Plano Nacional de Saneamento Básico, em 2014, ter determinado que os municípios da Federação elaborassem um plano de destinação adequado aos resíduos, não se observaram, até o momento, movimentos neste sentido em Tabatinga.

Estudos da Universidade do Estado do Amazonas em Tabatinga (UEA-TBT) deflagrou a existência de aproximadamente 15 famílias peruanas e 10 famílias

brasileiras vivendo no lixão da cidade. Além de produtos e objetos que possam ser comercializados, parte dessas famílias obtêm o que comer neste local e um terço delas reside no local. (ABENSUR, 2015).

Em Tabatinga não há rede geral de esgoto sanitário, nem existem sarjetas. A drenagem das águas ocorre em valas margeando as ruas e desembocam diretamente no rio Solimões sem qualquer tratamento. Além disso, como o sistema de abastecimento de água é precário, a maioria das casas acessa o lençol freático, via poços artesianos. Algo que com o cenário atual do aterro municipal é totalmente condenável. (EUZÉBIO, 2014, p. 55).

O lado peruano da tríplice fronteira apresenta cenário ainda mais fragilizado: na ilha de Santa Rosa todo o lixo produzido e os dejetos domiciliares são despejados das casas e dos pequenos estabelecimentos comerciais diretamente no rio Amazonas (Solimões) e a população não conta com serviço básico de saneamento, nem mesmo de coleta de resíduos. De acordo com os participantes desta pesquisa, aproximadamente um terço das casas de Santa Rosa é de palafita, construída sobre esse mesmo rio.

A partir da apreensão desta realidade, através dos estudos e relatos utilizados nesta pesquisa, conclui-se a inexistência de ações integradas entre as três municipalidades da fronteira para o manejo adequado do lixo. Inexistente é também o apoio a empreendimentos que trabalham com a reciclagem, como cooperativas ou associações de catadores, apesar de existirem algumas iniciativas autônomas por parte de grupos de moradores.

As tentativas de constituição de leis municipais de reversibilidade dos resíduos sólidos, que obrigariam os comerciantes a retornarem suas balsas com tais resíduos às capitais, ondes encontrariam mercado de comercialização de recicláveis, esbarra nos interesses econômicos de elites empresariais locais, que são aqueles que geram os parques postos de emprego formal na região.

Nesse sentido, o tema dos dejetos orgânicos e não orgânicos é uma problemática socioambiental profunda, complexa, multidimensional que até o momento tem sido ignorada pelas autoridades públicas na tríplice fronteira amazônica, apesar de afetar diretamente toda a população da região⁴.

⁴ Ciclicamente aparecem as propostas, principalmente no campo da reversibilidade, isto é, da responsabilidade das empresas de balsas transportadoras, levarem parte das embalagens dos produtos que

CUIDADO COM OS RECURSOS HÍDRICOS

Comum aos três países e às três municipalidades enquanto patrimônio coletivo da tríplice fronteira, o rio Solimões (Amazonas) é um dos principais elementos socioambientais compartilhados nessas terras. Além de possuir caráter estratégico no contexto geopolítico da tríplice fronteira, o rio é subsidiário de parte significativa do imaginário social, mítico e ancestral das culturas locais. O Brasil possui soberania de 63,5% sobre a área do rio, seguido de Peru com 15,8%, Bolívia com 11,6%, e Colômbia com 6,2%. (BRASIL, 2013; ARMENTERA e MORALES, 2009).

O igarapé Santo Antônio, um de seus afluentes, possui 1.025 metros de longitude, é fonte de água que nasce em território brasileiro traçando todo seu percurso em harmonia com a linha demarcatória entre as cidades de Letícia e Tabatinga. Ele representa um simbólico caso de descaso com os recursos hídricos em território amazônico.

Registros afirmam que nas décadas de 1970 e 1980 esse igarapé, que constitui a fronteira, era⁵ usado pelas populações locais em comum acordo para atividades de lazer e coleta de água para uso básico diário. Atualmente, seu entorno está tomado por residências legais e ilegais, que paulatinamente o transformaram em um verdadeiro esgoto a céu aberto.

Por parte das autoridades brasileiras, chama a atenção a inexistência de estudos, projetos ou ações atreladas ao Igarapé Santo Antônio e à população que aí reside. Pelo lado leticiano a Corporação para o Desenvolvimento Sustentável para o sul do Amazonas (Corpoamazonia) apresenta em documento síntese, análises sobre a qualidade da água e os riscos potenciais das atuais condições de vida das pessoas alocadas nas margens do igarapé. Apoiado em um plano de três etapas, o documento informa que atualmente 200 casas estão ilegalmente sobre a margem colombiana dessas águas, totalizando 45 famílias e 1.310 pessoas (1.280 colombianos, 21 peruanos e 9 brasileiros).

trazem para serem consumidos na fronteira, de volta as capitais, onde haveria maior capacidade de absorção destes resíduos. Tais propostas esbarram continuamente nos interesses diretos dos empresários que não entendem a ação como lucrativa e ameaçam desabastecer os diversos alimentos e utensílios que trazem à região.

⁵ Os primeiros assentamentos na quebrada iniciaram há aproximadamente 50 anos, contudo com maior aceleração nos últimos 20 anos. (CORPOAMAZONIA, 2013).

Entre os estratos populacionais, sua faixa etária e renda, o estudo da instituição colombiana informa que a menor população se refere a crianças entre zero e 4 anos, inferindo relações entre a insalubridade local com a baixa fertilidade e alta mortalidade infantil. Do total da população adulta que vive em torno do Santo Antônio, apenas 21% possui acesso a trabalho e renda fixa (35% destes, abaixo do salário mínimo⁶); 40% dedicam-se a trabalhos ocasionais/sazonais, e 14% encontra-se incapacitada⁷ para o trabalho. (CORPOAMAZONÍA, 2013).

Sobre as questões sanitárias, apenas 43% apresentam banheiros conectados a fossas sépticas, enquanto 57% descarregam todos os dejetos familiares no igarapé. Ademais, 57% da população que vive na margem colombiana do igarapé Santo Antônio apresenta algum risco de enfermidade e/ou contaminação pela insalubridade da água; 20% encontra-se sob constante risco de inundações e 5% de deslizamentos. Mais de 300 moradias, apenas do lado leticiano, jogam seus esgotos nas águas do igarapé. (CORPOAMAZONÍA, 2013).

Apesar do significativo número de acordos, resoluções e tratados referentes aos recursos hídricos transfronteiriços, no cotidiano da tríplice fronteira, pouco se efetiva enquanto ações concretas. Evidencia-se uma inoperância dos organismos e das autoridades locais que, muitas vezes, subservientes a estruturas nacionais e internacionais, omitem iniciativa própria no trato de problemas passíveis de serem resolvidos no âmbito local. O descaso com o igarapé Santo Antônio representa um problema socioambiental grave e afeta principalmente famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômica extrema.⁸

Nota-se que não existem ações e planejamentos futuros de caráter colaborativo e transfronteiriços entre as representações públicas das duas municipalidades ou nacionalidades. Cabe ainda ressaltar que a problemática descrita nesta seção a respeito do igarapé Santo Antônio é um exemplo expoente do qual se deduz a similar condição de praticamente todos os recursos hídricos compartilhados na tríplice

⁶ Em 2017 o salário mínimo na Colômbia era de 737.717 pesos, equivalentes a 254,40 dólares.

⁷ De acordo com os critérios adotados por CorpoAmazonia, pessoas incapazes ao trabalho fazem referência aos afastamentos por doenças e acidentes de trabalho.

⁸ O Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) é um indicador que permite aos governos um detalhamento sobre as condições de vida de todas as camadas socioeconômicas do país, identificando àquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social.

fronteira, estando outros igarapés, nascentes, córregos e rios sofrendo com idênticas condições.

USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS

O terceiro elemento que desponta entre os temas socioambientais no espaço da tríplice fronteira refere-se ao uso indiscriminado de transgênicos, agrotóxicos e defensivos químicos na produção agrícola.

Veloso (2016), agrônomo atuante na tríplice fronteira há 20 anos, menciona que a legislação do Brasil, e em especial do Amazonas, é rígida na comercialização destes produtos químicos que, neste caso, só podem ser comercializados com um receituário agrônômico receitado por um profissional devidamente registrado. Porém, a condição de fronteira subverte qualquer legislação a esse respeito, *“qualquer um vai ao mercado de Letícia ou Santa Rosa, sem receita, sem nada, e, dizendo apenas o nome, já consegue ‘remédios’ muito poderosos”*, informa o agrônomo.

O problema fundamental refere-se à falta de vigilância e apoio técnico; assim, se acumulam erros na forma de aplicação dos químicos no cultivo. Para aplicação minimamente correta deve-se saber a classe e a cor do inseticida, o modo de aplicação, horário de aplicação e as regras de proteção individual, como luvas ou máscaras.

O agrônomo apresenta uma perspectiva preocupante, comprovando que se os agricultores continuarem neste volume de aplicação o meio ambiente sofrerá forte impacto, contaminando pequenos peixes, vegetação aquática, até chegar aos grandes peixes que são consumidos pela população⁹. No caso do solo, com tais práticas acaba-se eliminando também os predadores naturais das pragas, desequilibrando todo o ecossistema. Atualmente já se percebem problemas de polinização; os venenos afastam as abelhas diminuindo a germinação natural de sementes e promovendo a não continuidade de espécies.

⁹ Este problema também se refere a outra temática ambiental que não abordamos em profundidade neste artigo, que se refere à mineração e ao garimpo ilegal, principais responsáveis pela contaminação de águas e peixes por mercúrio. Devido ao avanço da mineração e do garimpo em áreas cada vez mais próximas da tríplice fronteira, afirma-se que deveria ser necessário um estudo aprofundado que possa medir estes impactos.

Estima-se que 30% dos alimentos comercializados nos mercados locais possuem algum tipo de agrotóxico em excesso e/ou mal aplicado. (VELOSO, 2016).

A única experiência visível de combate a esta situação refere-se à criação do Fórum Benjaminense¹⁰ de Agrotóxico, que realiza algumas campanhas de sensibilização e capacitação com agentes de saúde comunitários e agricultores. O Fórum é composto por representantes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Produção e Secretaria de Saúde da municipalidade, porém, sem qualquer participação de instituições dos países vizinhos.

O uso dos pesticidas e agrotóxicos é reflexo de um processo produtivo e social mais amplo, que representa muitas vezes o abandono de práticas tradicionais no cultivo dos alimentos, o abandono de algumas espécies pouco valorizadas pelos mercados locais e a perda do patrimônio cultural e alimentar dessas populações. Incluem-se neste processo de degradação as ações assistencialistas de doação de sementes por parte dos governantes, suprimindo a autonomia das próprias comunidades gerenciarem seus insumos e promovendo, por fim, a substituição das sementes tradicionais pelas geneticamente modificadas.

Como alternativa, pelo lado brasileiro, Veloso menciona o Projeto Bem Viver, desenvolvido pelo Sindicato para Cooperação e Solidariedade da Itália – ISCOS, em parceria com a União Europeia e a Diocese do Alto Solimões. Tal projeto trabalha com 22 comunidades indígenas e ribeirinhas da região através de uma metodologia de formação horizontal para as trocas de saberes denominada Programa Produtor a Produtor. Ao longo desse percurso, foram abordados temas como adubação orgânica, cuidados no manejo de produtos químicos, compreensão das cadeias alimentares de pragas e plantação consorciada em sistemas agroflorestais. Esta seria na região, até o momento, a experiência mais exitosa no tocante à agricultura e aos processos socioambientais sustentáveis.

Na mesma linha, no lado colombiano destacam-se os trabalhos de conscientização dos agricultores sobre a importância do resgate das práticas

¹⁰ Benjamin Constant (BC) é uma cidade brasileira vizinha a Tabatinga, cujo acesso é apenas por via fluvial de lancha rápida. O trajeto entre as duas municipalidades é de aproximadamente 30 minutos com este meio de transporte. BC possui aproximadamente 40 mil habitantes de acordo com o IBGE (2016) e possui extensa fronteira com a localidade peruana de Islândia, interligadas em parte pelo rio Solimões e em partes pelo rio Javari.

tradicionais, realizados pela Fundación Caminos de Identidad – FUCAI, com foco na etnoeducação.

Referente ao território peruano, nem na pesquisa documental nem nas entrevistas foram encontradas ações de conscientização sobre o manejo com agrotóxicos e pesticidas na produção agrícola. É justamente no lado peruano da fronteira onde a fiscalização, os organismos públicos e a sociedade civil é mais fragilizada; é justamente por este lado que agricultores brasileiros e colombianos têm acesso com facilidade aos produtos químicos empregados nas plantações.

Sendo assim, nenhuma ação integrativa ou cooperativa entre entidades e organismos da tríplice fronteira foi registrada ao longo da coleta de dados sobre esta temática; apesar de serem encontradas, em território brasileiro e colombiano, boas práticas socioeducativas frente ao uso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo é possível apontar que pela dimensão socioambiental da tríplice fronteira amazônica perpassa uma multiplicidade de interesses e concepções que pouco dialogam entre si. Por um lado, as inclinações formais e legais para uma perspectiva de integração embasadas nos termos da cooperação internacional; por outro lado, uma postura entrópica e protecionista dos centros deliberativos locais e nacionais, atreladas à ideia de soberania nacional do patrimônio natural, gerando uma inércia programática.

Motta, Ramiréz e Bótia inspiram esta reflexão:

Una de las características que sobresale en el levantamiento de información sobre políticas ambientales es la gran fragmentación de misiones y objetivos de la institucionalidad ambiental en los tres países, esto se ve reflejado en los múltiples fondos, organismos e instituciones que producen información o son encargados de temas ambientales. Esta situación contrasta con la escasa presencia de las instituciones públicas de administración y control de los recursos naturales en la zona de la triple frontera y la escasa o nula presencia de personal profesional y técnico de esas instituciones en la mayor parte de los territorios estaduais, regionales o departamentales, debido a la lejanía y difícil acceso a los mismos desde los centros políticos y administrativos. (2016, p. 95).

Devemos ainda ter em mente, como apontam Quadros (2016), Palácios (2016) e Grissales (2016), que os principais elementos originários das problemáticas socioambientais no contexto cotidiano da tríplice fronteira derivam, em grande parte, da fragilidade socioeconômica vivida pelas populações mais vulneráveis do contexto urbano. Desta forma, o termo socioambiental deve ser compreendido através de uma dinâmica que se origina em problemas econômicos e sociais estruturais da região, como a falta de oferta de trabalho e baixíssimo ingresso financeiro entre as famílias, o que ocasiona vulnerabilidades ligadas aos aspectos básicos da vida cotidiana, culminando na manutenção de práticas nocivas ao ambiente e assim, formando um círculo vicioso.

Na medida em que a dinâmica social amazônica segue primordialmente o fluxo dos rios e igarapés por onde corre a vida das populações locais, percebemos também que todas as problemáticas referentes à dimensão socioambiental aqui elencadas acabam por relacionar-se com a temática da água e dos sistemas aquíferos. Peixes, madeiras, agrotóxicos, moradias em situações de vulnerabilidade, destinação de resíduos, todos deparam-se, na origem ou no desfecho, com as problemáticas que circundam o tema dos recursos hídricos transfronteiriços.

Ademais, salientam uníssonos nossos informantes que, a dimensão socioambiental se relaciona intimamente com a dimensão educacional, na medida em que não é possível afrontar as principais problemáticas locais se não há uma elevação da consciência da população sobre a sua parte nestes desafios e como podemos perceber, sociedade civil e poder público, na tríplice fronteira, encontram-se desarticulados.

Mostra-se necessário o apoio sistemático e planejado às iniciativas de organizações sociais que queiram atuar no campo da reciclagem de resíduos sólidos nos contextos urbanos. No âmbito da pesquisa, uma parceria entre as instituições de ensino superior e técnico de Tabatinga e de Letícia pode avançar nos estudos ainda incipientes sobre o perfil populacional de quem vive em vulnerabilidade socioeconômica correlacionada com riscos e danos socioambientais. Em conjunto com os poderes executivos e legislativos locais, pode-se auxiliar os órgãos competentes a definirem um plano estratégico que aporte possibilidades de melhoria nas condições de vida destas pessoas. No campo da agricultura são necessárias estratégias de

aproveitamento do capital humano qualificado ao longo desses projetos sustentáveis para que após o término das ações, tal riqueza de conhecimentos não seja perdida. Além disso, na tríplice fronteira são ainda necessários estudos específicos que levem em conta a real capacidade dos espaços ambientais em receber determinada quantidade de turistas. As cotas de visitantes são práticas empregadas em diversos sítios turísticos no mundo inteiro e visam a proteção ambiental cultural e patrimonial desses espaços.

Todas estas ações são possíveis e, inclusive, muitas delas já prescritas em leis e acordos. Sua efetivação depende de que poderes públicos locais e nacionais rompam com uma visão limitada e soberana dos recursos socioambientais e passem a compartilhá-los em caráter transfronteiriço. Da mesma forma, atores sociais como universidades, institutos de pesquisa e lideranças locais são convidados a compartilharem agendas e ações através de planejamentos prévios, utilizando as prerrogativas formais já prescritas nos documentos de cooperação internacional, para avançarem em trabalhos coordenados em prol da região amazônica nos seus aspectos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ABENSUR, Maiele. **Trabalho Infantil e Aprendizagem Escolar: O Caso das Crianças do Lixão Municipal de Tabatinga-AM**. Tabatinga. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia: Universidade do estado do Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2015.

AKIRA, João. **Diálogos democráticos: palestras**. Brasília : ESMPU, 2020. 120 p.

ARMENTERA, Diego; MORALES, Marcelo. **Amazonía: Perspectivas del medio ambiente en la Amazonía**. Programa das Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) y Organización del Tratado de Cooperación Amazônica (OTCA), 2009. Em: http://www.pnuma.org/deat1/pdf/geoamazonia_spanish_FINAL.pdf (15 de julho de 2016).

BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

BÓTIA, Carlos; MOTTA, Sandro; RAMIRÉZ, Leonel. El largo e incierto camino de la integración fronteriza en la Amazonia. In: SILVA, Osiris; HOMMA, Alfredo. **Pan-Amazônia: Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento**. Manaus: FIEFAM, 2015.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Água e Desenvolvimento Sustentável: Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil**, 2013. Em: <http://www.ebc.com.br/agua-e-desenvolvimento-sustentavel-recursos-hidricos-fronteiriços-e-transfronteiriços-do-brasil> (15 de julho de 2016).

CORPOAMAZONÍA. **Salvemos la Quebrada San Antonio: ¡Aún Podemos!** Letícia – CO: Corpoamazonía, 2013.

EUZÉBIO, Eduardo. **Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: As Cidades Gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2010.

EUZÉBIO, Eduardo. **Fronteira e Horizontalidade na Amazônia: As Cidades Gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Boa Vista – RR: Revista ACTA Amazônia v.8, p. 1-19, 2014.

GREENPEACE. **A Crise Silenciosa da Amazônia - Licença para Lavar madeira: Garantida**. Relatório Junho de 2015. Disponível em: http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2015/greenpeace_amazonia_sta_efigenia.pdf (Acesso em 16 de junho de 2016).

GRISSALES, Hernan. **(Consul da Colômbia no Brasil, cidade de Tabatinga – AM)**. Entrevista exclusiva para este estudo. Material não publicado, Caderno de Campo, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama da População: Tabatinga**. 2014. Em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga/panorama>. (14 de julho de 2016).

DW – Deutsche Welle. **Desmatamento na Amazônia é 66% menor em terras indígenas**. Acessado em 25/01/2023, disponível em: Desmatamento na Amazônia é 66% menor em terras indígenas – DW – 11/08/2020

PALÁCIOS, Hernan. **(Pesquisador socioambiental da Universidade Nacional da Colômbia – UNAL, sede Letícia)**. Entrevista exclusiva para este estudo. Material não publicado. Caderno de Campo, 2016.

QUADROS, Jefferson. **(Docente de direito ambiental da Universidade do Estado do Amazonas e presidente da comissão de águas da Ordem dos Advogados do Brasil-Sessão Amazonas)**. Entrevista exclusiva para este estudo. Material não publicado. Caderno de Campo, 2016.

VELOSO, Maurício. **(Agrônomo, técnico da Diocese do Alto Solimões e da Prefeitura de Tabatinga - AM)**. Entrevista exclusiva para este estudo. Material não publicado. Caderno de Campo, 2016.